O GLOBO
Publicado em 29/06/2022 - 05:57

Oposição protocola CPI, e governo deve recorrer ao STF

ESCÂNDALO NO MEC

PLANALTO SOB PRESSÃO

Oposição entrega a Pacheco pedido de CPI do MEC, e governo prepara resposta no STF

CAMILA ZARUR, NATÁLIA PORTINARI E GERALDA DOCA
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em um novo revés para o presidente Jair Bolsonaro, a oposição no Senado formalizou ontem o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar do Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar suspeitas de corrupção na gestão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. O colegiado, que tem potencial de desgastar a imagem do governo durante a campanha eleitoral, ainda precisa de aval do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para ser instalado, mas o Palácio do Planalto diz que pode levar a batalha para o campo jurídico e recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a apuração.

Os governistas argumentam que, antes de abrir a CPI da oposição, Pacheco deve instalar outras três comissões que estavam na fila, respeitando a "ordem cronológica" dos pedidos. A assessoria do senador, contudo, afirmou não haver uma exigência para que ele decida na ordem em que cada uma foi apresentada. O texto exige apenas que o pedido contenha "o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas".

Em outra frente, o Palácio do Planalto também tenta convencer senadores que assinaram a lista de apoio à CPI a retirar seus nomes. Pelo regimento do Senado, os parlamentares tem até a meia-noite do dia em quer for lido o requerimento no plenário para retirar o apoio à comissão.

Em abril, quando as primeiras denúncias de irregularidades no MEC vieram à tona, a iniciativa foi brecada pela base governista. O caso, porém, ganhou mais força na semana passada, após Ribeiro ser preso em uma operação da Polícia Federal. Conversas do ex-ministro interceptadas pela PF indicam que Bolsonaro pode ter avisado o ex-auxiliar da ação policial, o que também deve ser foco dos senadores da oposição.

CRISTIANO MARIZ

Investigação. O senador Randolfe Rodrigues (ao centro) e outros parlamentares anunciam que o pedido de CPI foi formalizado: governo organiza reação

Desde a prisão de Ribeiro, no último dia 22, o governo federal empenhou R$ 3,2 bilhões do orçamento secreto, mecanismo utilizado pelo Palácio do Planalto para contemplar aliados em troca de apoio político. O número equivale a 20% do total previsto para este ano. Na lista dos contemplados, contudo, há senadores que assinaram a lista da CPI, numa evidência de que a estratégia não tem surtido efeito.

CHUVA DE CPIS

O pedido de abertura da CPI do MEC foi apresentado ontem pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) com 32 assinaturas, cinco a mais do que o mínimo necessário. Apesar da ofensiva do governo, o requerimento ganhou três novos signatários na última hora: Marcelo Castro (MDB-PI), Confúcio Moura (MDB-GO) e Jarbas Vasconcelos (MDB-PE).

De acordo com o requerimento apresentado pela oposição, a CPI deverá ser composta por 11 titulares e 11 suplentes. O prazo do trabalho será de 90 dias, com orçamento previsto de R$ 90 mil.

QUEM ASSINOU O REQUERIMENTO PARA A ABERTURA DA CPI DO MEC

MDB
Nilda Gondim (PB)
Veneziano Vital do Rego (PB)
Eduardo Braga (AM)
Simone Tebet (MS)
Rafael Tenório (AL)
Alexandre Giordano (SP)
Confúcio Moura (RO)
Marcelo Castro (PI)
Jarbas Vasconcelos (PE)

PT
Paulo Paim (RS)
Humberto Costa (PE)
Fabiano Contarato (ES)
Paulo Rocha (PA)
Rogério Carvalho (SE)
Jaques Wagner (BA)

UNIÃO BRASIL
Reguffe (DF)
Soraya Thronicke (MS)

PSDB
Mara Gabrilli (SP)
José Serra (SP)
Tasso Jereissati (CE)
Alessandro Vieira (SE)
Izalci Lucas (DF)

PDT
Leila Barros (DF)
Leila Barros (DF)
Weverton Rocha (MA)

REDE
Randolfe Rodrigues (AP)

PSB
Dario Berger (SC)

PODEMOS
Jorge Kajuru (GO)

PROS
Zenaide Maia (RN)

PSD
Omar Aziz (AM)

PR
Jean Paul Prates (RN)

CIDADANIA
Eliziane Gama (MA)

Editoria de Arte

Para driblar a exigência dos aliados do governo de seguir a ordem cronológica de pedidos e evitar que a briga política vá novamente parar na Justiça, Pacheco avisou a senadores que cogita até mesmo autorizar o funcionamento das quatro CPIs de uma vez. Assim, caberia aos líderes da Casa priorizar uma ou outra na hora de indicar seus membros, podendo concentrar esforços nas suspeitas envolvendo o MEC.

Na lista de pedidos na gaveta de Pacheco está uma CPI proposta pelo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), sobre obras paradas do MEC em gestões passadas; uma de Eduardo Girão (Podemos-CE), sobre a atuação do narcotráfico no Norte e Nordeste do país; e outra de Plínio Valério (PSDB-AM), sobre a atuação de ONGs na Amazônia.

— Sempre há (possibilidade de recorrer ao STF). E, dessa vez, Randolfe (Rodrigues, líder da oposição no Senado) não está correndo sozinho, como na CPI da Covid — disse Portinho ao GLOBO.

No ano passado, diante da resistência de Pacheco para abrir a CPI da Covid, a oposição também foi ao Supremo. Na ocasião, o ministro Luís Roberto Barroso ordenou a instalação com o argumento de que era um direito da minoria caso a requisição apresentasse os requisitos mínimos exigidos: a assinatura de um terço dos integrantes da Casa; indicação de fato determinado a ser apurado; e definição de prazo certo para duração.

Desta vez, no entanto, a avaliação nos bastidores do STF é de que o imbróglio sobre a ordem das CPIs deverá ser dirimido pelo próprio presidente do Senado. Isso porque, para uma ala dos ministros, a questão a respeito de uma "fila" de comissões não é constitucional, mas, sim, discricionária. Por isso, consideram que o precedente firmado pelo STF na CPI da Covid, de que a instalação de uma comissão é direito da minoria, já está estabelecido.

DELEGADO DEIXA GRUPO

Enquanto a investigação no Senado ganha força, o delegado da Polícia Federal Bruno Calandrini, responsável pelo inquérito, informou que vai deixar o grupo da PF de Brasília que cuida de casos envolvendo políticos com foro privilegiado, conhecido como Cinq (Coordenação de Inquéritos).

De acordo com a PF, Calandrini já havia pedido para deixar o grupo no início do mês de maio, antes da deflagração da operação que resultou na prisão de Ribeiro. A sua saída foi autorizada com a condição de que ele continue à frente desse inquérito. *(Colaborou Aguirre Talento)*

Cármen Lúcia cita 'gravidade' e pede que PGR opine sobre investigar Bolsonaro

ANDRÉ DE SOUZA E MARIANA MUNIZ
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliou que as suspeitas de irregularidades no Ministério da Educação e de interferência do presidente Jair Bolsonaro na apuração são graves e mandou a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre um pedido de investigação feito pelo deputado Israel Batista (PSB-DF). O parlamentar quer que seja apurado o possível envolvimento do presidente no caso.

Após mencionar trechos do pedido, a ministra decidiu: "Considerando os termos do relato apresentado e a gravidade do quadro narrado, manifeste-se a Procuradoria-Geral da República."

Um inquérito aberto pela Polícia Federal apura a atuação de pastores lobistas na pasta durante a gestão do ex-ministro Milton Ribeiro, que chegou a ser preso preventivamente na semana passada, mas depois foi solto. O presidente, porém, não é alvo da investigação.

POSSÍVEL INTERFERÊNCIA

A partir do parecer, em que a PGR vai dizer se concorda ou não com uma investigação do presidente, Cármen Lúcia vai analisar os próximos passos.

Israel Batista destacou em seu pedido que, "segundo o próprio Ministério Público, há elementos que indicariam a possibilidade de vazamento das apurações no caso, com possível interferência ilícita por parte de Jair Bolsonaro". Também escreveu que há "o relato de que o investigado (Milton Ribeiro) manteve conversa telefônica com o senhor presidente da República, na qual teria sido advertido de Operação Policial em desfavor do mesmo, afirmando suspeitar de eventual busca e apreensão deflagrada pela Justiça Federal em Brasília".

Na segunda-feira, Cármen Lúcia já tinha determinado que a PGR se manifestasse sobre o pedido de investigação feito por outro deputado de oposição: Reginaldo Lopes (PT-MG). Nesse despacho, porém, ela não havia mencionado a "gravidade do quadro narrado".

Além desses pedidos de investigação feitos por parlamentares, a Justiça Federal determinou o encaminhamento ao STF da investigação aberta contra Ribeiro. Nesse caso, ainda não houve decisão na Corte.

Na sexta-feira da semana passada, após o Ministério Público Federal (MPF) apontar indícios de vazamento da operação e "possível interferência ilícita por parte do presidente da República Jair Messias Bolsonaro nas investigações", os autos foram enviados ao STF pelo juiz federal Renato Borelli, que tocava o caso. Como presidente da República, ele pode ser processado apenas pelo STF.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.